

ATA NÚMERO TRÊS DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, por videoconferência através da plataforma Zoom, pelas vinte e horas e trinta minutos não estando reunidos os delegados necessários para o início da reunião, deu-se início à Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Xadrez (FPX) meia hora mais tarde, pelas vinte e uma horas.

Foram convocados os trinta e nove delegados que constituem a Assembleia Geral, tendo sido identificados na reunião os seguintes trinta e dois:

Ana Rita Amorim Pinto
António Luís Campos de Sousa Ferreira
António Manuel Ferreira Pereira dos Santos
António Manuel Monteiro David Barbosa
António Pedro Dias Caraméz Pereira
Armando Manuel da Silva Palet
Bruno Ricardo de Sousa Lopes
Carlos Filipe Fernandes Marques
Carlos Manuel Matias Ferreira
Carlos Manuel Vieira Dias
Domingos Manuel Costa Massena
Eduardo Escudeiro Guerreiro Viana
Fernando Alberto Rocha Ribeiro
Fernando Jorge Cardoso Resende
Fernando Moreira de Pinho
João de Sousa da Cruz
João Miguel Ramos Saltão
João Pedro Meneses Andias
Luís Manuel Coutinho Pereira Santos
Luís Nuno Pereira Barrigoto
Luís Simões dos Reis
Mário Martins Freitas Moraes
Mário Rui da Costa Correia
Marta Sofia Carvalho Ferreira Malheiro Leite
Modeste Mendes
Nuno Filipe Lages Pinto Ruas Andrade
Nuno Filipe Beirão Mendes
Pedro Miguel Gomes Mendes
Ricardo Vicente Aleixo Alves
Rogério Augusto Gomes Oliveira
Rubem Joel Monteiro Elias
Vítor Manuel Barroso Cardoso

E ainda a presença do Presidente da Direção da Federação Portuguesa de Xadrez Dominic Cross, do Tesoureiro da Federação Portuguesa de Xadrez Pedro Vinagre, dos membros do Conselho Fiscal Floriano Tocha e Nuno Fonte e da contabilista certificada Susana Rodrigues.



ATAS

Folha 29

O Presidente da Assembleia Geral João Cruz informou que a reunião ia ser gravada na plataforma digital e deu a conhecer a Ordem de Trabalhos: Ponto Um – Período antes da Ordem do Dia; Ponto Dois – Apreciação, discussão e votação do Relatório de Atividades e Contas do ano de dois mil e vinte; Ponto Três – Proposta de remuneração do Presidente da Direção da Federação Portuguesa de Xadrez de dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e quatro.

O Presidente da Assembleia Geral solicitou aos delegados a introdução de mais um ponto na Ordem de Trabalhos, a que seria atribuído o número quatro – “Leitura e votação da ata da assembleia anterior”, que, por lapso, não foi incluída na convocatória.

Colocada a votação, foi aprovada a introdução do Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos, com vinte e sete votos a favor e um voto contra. Não estiveram presentes na votação os delegados Armando Palet, Domingos Massena, Modeste Mendes e Ruben Elias.

O Presidente da Assembleia Geral informou que, em matéria de faltas dos delegados, teria que considerar-se o disposto no artº 39º dos Estatutos da Federação Portuguesa de Xadrez, pelo que as alterações estatutárias levadas a efeito neste mandato sobre as faltas dos delegados, só produzem efeito a partir das eleições subsequentes. Sobre este assunto, tiveram intervenções os delegados Nuno Mendes e David Barbosa e o Vice-Presidente da Mesa Mário Morais.

O Presidente da Assembleia Geral esclareceu que, de acordo com o Regimento da Assembleia Geral, o Ponto Um não deve exceder a duração de meia hora e destina-se a informações gerais. Assim, os delegados devem tentar que cada intervenção não exceda um minuto.

Quanto ao Ponto Dois da Ordem de Trabalhos propôs como metodologia a adotar após a abertura das inscrições e registados os oradores que queiram intervir, um total de noventa minutos para todos, cabendo a cada delegado cerca de dois minutos em cada intervenção, tal como já havia sido levado a efeito na assembleia geral respeitante à discussão do Plano de Atividades e Orçamento para 2021.

Findos os noventa minutos, será colocado à votação o Relatório de Atividades e Contas do ano de dois mil e vinte.

Iniciou-se o Ponto Um, tendo o vice-presidente da Mesa Mário Morais pedido a palavra para exercer o direito de resposta, nos termos do artº 16º do Regimento da Assembleia Geral, respondendo a alguns e-mails de um delegado pela forma em como se lhe dirigiu.

O Presidente da Direção informou que o processo dos Estatutos estava encerrado no IPDJ e tinha sido renovado o Estatuto de Utilidade Pública Desportiva. Falta apenas o registo na Conservatória.

Iniciado o Ponto Dois, o Tesoureiro Pedro Vinagre pediu a palavra e recusou uma afirmação de um e-mail de um delegado em que estava a decorrer uma auditoria. Para além disso, repudiava as suspeitas causadas através do envio desses e-mails. Esse delegado apresentou queixa à IPDJ que foi prontamente respondida pela direção. As

provas de Pombal tiveram parecer favorável do delegado de Saúde regional. Considerou ainda que as mesas adquiridas pela FPX são de qualidade. Disse ainda que todas as normas sanitárias em vigor foram cumpridas nas provas organizadas pela FPX. As associações que não apresentaram contas, como as de Lisboa e do Porto, não receberam subsídios da FPX. A direção da FPX teve o cuidado de relevar contabilisticamente as dívidas aos clubes que não apresentaram contas. Houve acordo com essas associações para um pagamento parcial dessas dívidas. Lamentou as constantes suspeições levantadas por um dos delegados e concluiu informando que estava à vontade para responder a quaisquer questões.

O delegado Nuno Andrade informou que todas as contas da Associação de Xadrez do Porto foram aprovadas no seu mandato. Lamentou que o Tesoureiro não tenha informado por que razão os delegados não podem consultar os documentos da FPX. A localidade que escolheram para organizar o campeonato nacional da primeira divisão foi mal escolhida devido à pandemia que aí se verificava.

O delegado Ricardo Alves informou que a Associação de Xadrez de Lisboa chegou a acordo com a FPX sobre a situação das dívidas, recebendo material e parte da importância em dívida.

O Tesoureiro Pedro Vinagre disse que o delegado Nuno Andrade devia especificar a que documentos queria ter acesso e não dizer que queria ver as contas de dois mil e dezoito e dois mil e dezanove, que nem sequer têm relevância para esta reunião. As associações têm direito a ver as contas. Odivelas era capital europeia do desporto e a Câmara Municipal deve ter tido isso em conta para apoiar o campeonato nacional de xadrez. Não houve um único caso de infeção de COVID19.

O delegado Rogério Oliveira disse que os documentos apresentados são insuficientes para analisar as contas. O parecer do Conselho Fiscal é uma trapalhada. Gostava de ver a contabilidade analítica. Há dualidade de critério entre a posição da FPX com a AX Lisboa e a AX Porto. Lamenta que não respondam aos e-mails. A assembleia de hoje podia ser marcada até trinta de junho. Referiu que não houve plano de contingência para as segunda e terceira divisões.

A contabilística certificada Susana Rodrigues informou que os elementos contabilísticos são suficientes para uma análise correta das contas. Não há fundamento para suspeições e dá todos os esclarecimentos pretendidos.

O delegado Luís Barrigoto elogiou a solução encontrada com a AX Lisboa, a aquisição das mesas e falou sobre o plano de contingência que lhe chegou muito atrasado face à solicitação. Lamentou estas divergências existentes no xadrez. Elogiou o facto das dívidas dos clubes terem baixado de trinta e dois mil euros para valores residuais em dois mil e dezanove ou dois mil e vinte.

O delegado Eduardo Viana lamentou a confrontação existente para com alguns órgãos sociais por parte de alguns delegados que foram eleitos pela Lista A. Elogiou a Mesa e a Direção e disse ser necessária uma Federação responsável e ambiciosa.

O Vice-Presidente da Mesa Mário Morais falou sobre os órgãos a quem compete a fiscalização das contas da FPX, não incluindo a legislação os delegados para tal função. A Mesa é transparente tornando públicas as atas. Os órgãos sociais da FPX gozam da confiança da Assembleia. Não percebe como se coloca em dúvida contas elaboradas por contabilista certificada e auditadas pelo Revisor Oficial de Contas, sem justificação. Não é aceitável a forma como os órgãos sociais são tratados por certos delegados.

O Presidente da Direção disse que este ano foi acrescentado o mapa de execução orçamental. O material entregue às AX Porto e Lisboa é todo novo. O parecer do delegado de saúde de Odivelas foi positivo para a realização do campeonato. A AX Lisboa recebe cerca de três mil euros de apoio por ano, tendo as contas sido apresentadas em dois mil e dezanove.

Agradeceu as palavras de elogio do delegado Eduardo Viana. Recordou António Moura e José Nogueira.

O delegado Modeste Mendes disse que se um clube não tiver condições para receber o adversário, deve informar a FPX e a equipa adversária para encontrar uma solução.

O delegado Carlos Ferreira disse que em todas as federações é obrigatório os delegados tomarem posse e há perda de mandato.

O delegado Nuno Andrade disse que houve um jogador que tinha sintomas de infeção e não pôde jogar. Não foi chamada a unidade de saúde pública. Afirmou que no torneio de Macedo de Cavaleiros a FPX não se fez representar. Nunca teve resposta sobre o pedido de consulta de documentos. Entende que o xadrez on-line teria sido importante no contexto atual e a FPX não o aproveitou. A FPX apresenta um gasto de cinquenta e seis mil euro de atividade internacional que não compreende.

O delegado Rogério Oliveira disse não ter dúvidas que a contabilista e o Conselho Fiscal apresentam e auditam corretamente as contas. O que coloca em causa é a política das despesas. Faz-se tudo fora de prazo e à pressa. Solicitou ao Vice-Presidente da Mesa Mário Morais que lesse sobre a CADA (Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos).

O Tesoureiro Pedro Vinagre elogiou a intervenção do delegado Luís Barrigoto e o seu apelo à união e fundamentando as críticas.

O Presidente do Conselho Fiscal Floriano Tocha explicou a forma como as contas foram devidamente elaboradas e auditadas. Disse que o trabalho da contabilista certificada é um trabalho de qualidade e que não faz sentido exigir documentos de contas que já foram aprovadas em anos anteriores.

O delegado António Luís Ferreira manifestou a concordância com a intervenção de Eduardo Viana e a importância da atitude construtiva. Devemos debruçarmos sobre as questões importantes.

O delegado David Barbosa disse que analisou o relatório de contas. Pela primeira vez em dez anos a AX Beja participa em assembleias gerais. Nunca aceitou uma expulsão

anterior. A AX Beja não abdica dos seus direitos e é contra a tomada de posse. Entende que deve participar facultativamente nas assembleias gerais. Não pode haver expulsões. Nestas eleições foi permitido que os delegados dos clubes tivessem lugar na assembleia. Nas atas da assembleia geral devia constar a representatividade dos delegados. Devia haver vontade de apoiar o xadrez regional.

O delegado Luís Barrigoto solicitou informação sobre algum processo em tribunal. Disse que o nome do seu clube nunca é escrito corretamente nas comunicações da FPX e no mapa dos clubes.

O Presidente da Direção disse que na atividade internacional há provas efetuadas no território nacional como o Open de Portugal. Quanto a processos em Tribunal, não há nenhum sobre o campeonato nacional da primeira divisão. Há um processo a decorrer com o António Fernandes sobre a participação nas Olimpíadas.

Colocada à votação o Relatório de Atividades e Contas do ano de dois mil e vinte, foi o mesmo aprovado por vinte e nove votos a favor e dois votos contra. Não esteve presente nesta votação o delegado Domingos Massena

No ponto três, o Presidente da Direção apresentou a proposta de remuneração do vencimento do Presidente.

O delegado Luís Barrigoto disse que era muito pouco.

O delegado Bruno Lopes disse que se devia apresentar um quadro em que analisasse qual o montante líquido que o Presidente vai auferir.

O Vice-Presidente da Mesa Mário Morais disse que era uma função de muita responsabilidade e que deveria ser superior em cinquenta por cento.

O delegado Carlos Marques perguntou que tipo exato de representação exerce o Presidente.

O Presidente da Direção disse que o trabalho era a tempo inteiro com muitas atividades ao fim de semana. Há um teto salarial definido pelo IPDJ. As exigências são muitas.

O tesoureiro Pedro Vinagre disse que pretendiam que tudo fosse transparente quanto às contas da FPX. No xadrez, o Presidente é muito solicitado e trabalha a tempo inteiro para a FPX. Que foi estabelecido o salário de forma cautelosa, sem ser muito elevado. Ninguém deixa a sua atividade profissional para ser Presidente da FPX.

A contabilista certificada informou que o presidente recebe setecentos e dez euros líquidos por mês.

O delegado Nuno Andrade disse que o vencimento do Presidente é baixo. Podia haver um aumento gradual consoante os resultados da FPX.

O Vice-Presidente da Mesa Mário Morais disse que o vencimento não está de acordo com a função. É uma questão de prestígio da FPX.

O Tesoureiro disse que as receitas vêm sobretudo do IPDJ. Nos primeiros três meses deste ano não houve subsídios dessa entidade, mas já foi recuperado. O vencimento podia ser um pouco mais elevado.

O delegado Pedro Caraméz concorda com o aumento.

O delegado Carlos Ferreira apresentou uma proposta idêntica a anteriormente apresentada, mas com catorze meses por ano. O Tesoureiro disse que era viável.

O delegado Modeste Mendes propõe um subsídio de alimentação correspondente ao máximo permitido com isenção de IRS.

O Vice-Presidente da Mesa Mário Morais propõe mil cento e vinte e cinco euro/mês durante catorze meses.

O delegado David Barbosa disse que a proposta da direção é equilibrada e vive de subsídios do IPDJ. Pode o presidente ser remunerado com prudência. Anteriormente, o Presidente não tinha remuneração, ainda que hoje se justifique a remuneração.

O Presidente da Direção disse que este ano será um ano difícil e não completamente controlado. Há menos apoios dos municípios e outros.

O delegado Nuno Andrade propõe que em novembro possa haver um aumento, porque há outra perspetiva do ano.

O delegado Ricardo Alves propõe um teto de mil cento e vinte e cinco euros, devendo a direção encontrar um valor intermédio.

Assim, vão ser colocadas à votação duas propostas, sendo uma a da direção (proposta A) e outra as de Mário Morais e Ricardo Alves, propondo um montante a fixar pela direção com um teto de mil cento e vinte e cinco euros durante catorze meses e despesas (proposta B).

Colocada a votação a proposta de remuneração do Presidente da Direção da Federação Portuguesa de Xadrez de dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e quatro, a proposta A obteve um voto e a proposta B vinte e nove votos, pelo que foi aprovada a proposta B. Não estiveram presentes na votação os delegados Domingos Massena e Ruben Elias.

No ponto quatro, colocada a votação a ata da assembleia eleitoral de dez de abril de dois mil e vinte e um, foi a mesma votada por catorze delegados. Dos dezassete delegados que participaram nessa assembleia eleitoral, encontravam-se presentes nesta assembleia, no momento da votação, os seguintes:

Ana Rita Amorim Pinto
António Luís Campos de Sousa Ferreira
António Pedro Dias Caraméz Pereira
Bruno Ricardo de Sousa Lopes
Carlos Filipe Fernandes Marques
Carlos Manuel Matias Ferreira

ATAS


Folha 34

João de Sousa da Cruz
João Miguel Ramos Saltão
João Pedro Mendes Andias
Luís Nuno Pereira Barrigoto
Mário Martins Freitas Morais
Mário Rui da Costa Correia
Nuno Miguel Beirão Mendes
Ricardo Vicente Aleixo Alves

Colocada a votação a ata da assembleia eleitoral de dez de abril de dois mil e vinte e um, a mesma foi aprovada com catorze votos a favor.

Depois de aprovada a ata da assembleia anterior, foi lida a ata da presente reunião e colocada a votação dos presentes, tendo a mesma sido aprovada com vinte e sete votos a favor e um contra. Não estavam presentes no momento da votação desta ata os delegados Domingos Massena, Luís Santos, Rogério Oliveira e Ruben Elias.

Foi apresentada uma declaração de voto, respeitante ao ponto dois, pelo delegado Nuno Andrade, que vai ser junta à ata.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu por encerrada a sessão, pelas duas horas da manhã do dia um de maio de dois e vinte e um, sendo lavrada a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

Assinado por : JOÃO DE SOUSA DA CRUZ
Num. de Identificação: BI064849872
Data: 2021.05.14 12:19:54+01'00'

 (João de Sousa da Cruz)

O Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

Assinado por : MÁRIO MARTINS FREITAS MORAIS
Num. de Identificação: BI040095185
Data: 2021.05.14 13:55:09+01'00'

(Mário Martins Freitas Morais)

O Secretário da Mesa da Assembleia Geral,

Assinado por : FERNANDO MOREIRA DE PINHO
Num. de Identificação: BI08439477
Data: 2021.05.14 13:06:26+01'00'

(Fernando Moreira de Pinho)

 CHAVE MÓVEL